

NG Consultadoria em Seguros - Política de Privacidade

A presente Política de Privacidade descreve as orientações e princípios adotados pela NG Consultadoria em Seguros Lda. (doravante apenas “NG Consultadoria”) para assegurar a protecção dos titulares de dados pessoais, estabelecendo diretrizes relativas aos direitos dos titulares e ao tratamento e livre circulação dos dados pessoais. No decorrer da sua atividade a NG Consultadoria recolhe e processa dados pessoais de vários titulares, incluindo potenciais clientes, tomadores de seguro, pessoas seguras, beneficiários do seguro (conjuntamente designados, para efeitos da presente política, por “clientes”), colaboradores e candidatos a colaboradores, prestadores de serviços, entre outros.

A presente Política descreve a forma como a NG Consultadoria procede ao tratamento dos dados pessoais dos seus clientes, potenciais clientes e, ainda, utilizadores dos websites da NG Consultadoria (todos de ora em diante conjuntamente designados, para efeitos da presente política, por “titulares dos dados”).

1. Quem é o responsável pelo tratamento?

O responsável pelo tratamento ou seja, a pessoa que determina as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais dos titulares dos dados, a NG Consultadoria em Seguros Lda. , é uma sociedade com sede Av. Dom Nuno Alvares Pereira, nº 537 - Boim, Lousada.

2. Quem é responsável pela protecção dos dados?

A NG Consultadoria é a responsável pela protecção dos dados.

3. Coleta de informações pessoais

A NG Consultadoria pode proceder ao tratamento de dados pessoais integrados nas seguintes categorias:

- Dados de Identificação, tais como, género, profissão, nome, idade ou data de nascimento, número de cartão de cidadão, número de contribuinte, número de contribuinte estrangeiro se aplicável, número de identificação da segurança social, naturalidade, hobbies, atividades recreativas ou desportivas, dados sobre a formação académica, entre outros;
- Dados de contacto, tais como, morada, endereço de email, contactos de telefone e telemóvel, entre outros;
- Informação financeira e dados bancários, tais como, dados sobre a conta bancária para débitos diretos, entre outros;
- Dados de saúde, tais como, doenças, deficiências, riscos de doenças, historial clínico, tratamento clínico, entre outros.

4. Origem dos dados

Os dados pessoais que a NG Consultadoria trata são dados maioritariamente fornecidos pelos titulares dos dados aquando do primeiro contacto e enquanto os titulares dos dados permanecem clientes da NG Consultadoria.

A NG Consultadoria recolhe dados pessoais em vários momentos e através de vários canais de comunicação, incluindo telefone, e-mail, formulários constantes de páginas de internet, formulários em papel e carta postal.

Para além disso, a NG Consultadoria pode receber dados pessoais dos titulares de dados através de terceiras entidades, por exemplo, entidades empregadoras dos clientes, de parceiros de negócio que nos fornecem listas de marketing que incluem os dados pessoais dos titulares dos dados, em que estes deram o respectivo consentimento explícito para esta utilização e, também, de mediadores e agentes de seguros, incluindo bancos e outras instituições de crédito.

5. Finalidade e Fundamento do tratamento e prazos de conservação

A NG Consultadoria trata os dados pessoais dos titulares dos dados por diversos motivos, justificados pelas leis de protecção de dados aplicáveis na União Europeia e em Portugal de acordo com Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados (GDPR).

Finalidade	Licitude	Prazo de Conservação
Gestão do contrato de seguro – desde a fase pré-contratual à cessação do contrato (incluindo a gestão de eventuais Processos de Sinistro e Reclamações)	<p>Consoante o tipo de Produto, a Licitude poderá ser decorrer das seguintes situações:</p> <p>Consentimento do titular, ou Existência e execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, bem como para diligências pré-contratuais a pedido daquele, ou</p> <p>Obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito, ou</p> <p>Defesa de interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa singular, ou</p> <p>Para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento ou por terceiros, exceto se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a protecção dos dados pessoais, em especial se o titular for uma criança, ou</p> <p>Para efeitos do cumprimento de obrigações e do exercício de direitos específicos do responsável pelo tratamento ou do titular dos dados em matéria de legislação laboral, de segurança social e de protecção social.</p>	<p>Até decurso do prazo legal de prescrição de todas as obrigações emergentes do contrato de seguro após o termo deste (em regra, 20 anos), e</p> <p>No âmbito da Gestão de Sinistros - danos corporais, em Acidentes de Trabalho, pelo prazo de 20 anos.</p>
Marketing, Comunicações e envio de informação	Interesse legítimo de desenvolvimento de atividade do responsável pelo tratamento	Até ao termo de um ano sobre o final da relação contratual
Cumprimento de Obrigações Legais, perante Autoridades e Entidades Legais e Judiciais (incluindo supervisoras, regulatórias, fiscais) bem como controlo de gestão e ações de prevenção e combate à fraude	<p>Obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito, ou</p> <p>Para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento ou por terceiros, incluindo prevenção de perdas por fraude, exceto se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a protecção dos dados pessoais, em especial se o titular for uma criança, ou</p> <p>Para declaração, exercício ou defesa de direitos em processo judicial.</p>	<p>Até decurso do prazo legal de prescrição de todas as obrigações emergentes do contrato de seguro após o termo deste (em regra, 20 anos), e</p> <p>Pelo prazo de 7 anos, no âmbito da prevenção ao Branqueamento de Capitais, e</p> <p>Pelo prazo de 10 anos, no que toca a reportes à ASF e cumprimento de Obrigações Fiscais.</p>
Cobrança e reclamações judiciais e extrajudiciais	<p>Obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito, ou</p> <p>Para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento ou por terceiros, exceto se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a protecção dos dados pessoais, em especial se o titular for uma criança</p>	Até ao pagamento dos montantes em dívida ou à resolução do litígio, consoante aplicável, ou até ao final do prazo legal de prescrição.

6. Quem tem acesso aos meus dados?

A NG Consultadoria pode partilhar os dados pessoais dos titulares dos dados com empresas do mesmo grupo empresarial, as quais, em todo o caso, se obrigam a respeitar a presente Política de Privacidade e, particularmente, as finalidades para as quais a NG Consultadoria recolheu inicialmente os dados pessoais.

A NG Consultadoria pode partilhar os dados pessoais dos titulares dos dados com entidades prestadoras de serviços à NG Consultadoria e que no âmbito da prestação desses serviços possam proceder ao tratamento de dados pessoais por conta e mediante instruções da NG Consultadoria, tais como:

- Companhias de seguros e prestadores de serviços financeiros;
- Profissionais de saúde, incluindo médicos e centros de saúde, para análise de risco e avaliação de sinistros;
- Empresas especializadas na gestão e regularização de sinistros;
- Empresas especializadas na prestação de serviços de alojamento do website e sistemas de backups e outros serviços de apoio e desenvolvimento informático;

- Empresas prestadoras de serviços de digitalização e arquivo documental;
- Empresas especializadas na prestação de serviços de programação e marketing digital, nas situações em que o titular dos dados tenha dado o respectivo consentimento;
- Empresas prestadoras de serviços de comunicação, divulgação e marketing, nas situações em que o titular dos dados nos tenha dado o respectivo consentimento;

Nas transmissões de dados pessoais aos seus prestadores de serviços, a NG Consultadoria garante que a entidade subcontratada está vinculada por um acordo de subcontratação que a obriga ao tratamento dos dados pessoais em cumprimento da legislação em matéria de protecção de dados pessoais.

7. Quais são os seus direitos?

Como expressão do compromisso relativamente à garantia da privacidade dos titulares dos dados, a NG Consultadoria garante, em conformidade com a legislação nacional e comunitária aplicável, um conjunto alargado de direitos que podem ser exercidos nos seguintes termos:

Direito de Acesso

Os titulares dos dados podem, a todo o tempo, contactar a NG Consultadoria e requerer confirmação de que os seus dados pessoais são objecto de tratamento e, em caso afirmativo, de serem informados relativamente: (i) às categorias de dados pessoais em questão; (ii) às finalidades do tratamento dos seus dados; (iii) ao respectivo prazo de conservação ou critérios utilizados para o fixar; (iv) aos direitos que lhes assistem e à forma de os exercer; (v) à origem dos dados que lhe digam respeito; (vi) à existência de decisões automatizadas, incluindo a definição de perfis.

A NG Consultadoria apenas poderá fornecer as informações dos titulares dos dados e não dados pessoais sobre outras pessoas. Além disso, caso o acesso possa afetar negativamente os direitos de outra pessoa, poderá não nos ser possível fornecê-los.

Se o titular dos dados o solicitar, a NG Consultadoria enviará uma cópia dos seus dados pessoais em fase de tratamento, em formato eletrónico. Caso sejam solicitadas outras cópias, a NG Consultadoria reserva o direito de poder exigir o pagamento de uma taxa equivalente aos custos administrativos incorridos para satisfazer o pedido.

Direito ao Apagamento

Também conhecido como “o direito ao esquecimento” , permite ao titular dos dados solicitar a eliminação ou remoção dos seus dados pessoais quando não exista nenhum motivo imperioso para a NG Consultadoria continuar a utilizá-los. O direito ao apagamento não é absoluto pois a NG Consultadoria poderá ter o direito ou a obrigação de reter as informações, como acontece, por exemplo, quando estiver sujeita a uma obrigação jurídica ou tiver outro motivo válido para as reter.

Direito de Rectificação

Sempre que verifiquem que os dados pessoais objecto de tratamento estão desactualizados, incompletos ou incorrectos, os titulares dos dados poderão solicitar à NG Consultadoria a sua rectificação no mais curto prazo de tempo possível.

Direito de Portabilidade

Os titulares dos dados têm ainda os direitos de: (i) receber da NG Consultadoria os dados pessoais que lhe digam respeito, num formato de uso corrente e leitura automática; (ii) de transmitir esses dados a terceiros alheios à NG Consultadoria, sob sua exclusiva responsabilidade; e/ou (iii) de solicitar à NG Consultadoria que transmita aqueles dados a terceiros. O direito à portabilidade cobre apenas os dados para os quais o titular deu consentimento para serem tratados, dados referentes a um contrato no qual o titular é parte ou se o tratamento for realizado por meios automatizados.

A NG Consultadoria reserva o direito de recusar pedidos de portabilidade sempre que estes prejudiquem os direitos e as liberdades de terceiros, ou entrem em conflito com algum requisito legal.

Direito à limitação do tratamento

Em determinadas situações, o titular dos dados tem o direito de “bloquear” ou de suprimir a utilização continuada das informações dos titulares dos dados. Quando o tratamento é limitado, a NG Consultadoria continua a poder conservar as informações dos titulares dos dados, mas não pode continuar a utilizá-las.

O titular dos dados pode solicitar a limitação do tratamento dos seus dados por tempo indeterminado, quando pretender suspender o tratamento, mas conservar os seus dados. Esta situação pode verificar-se quando:

- (i) o titular dos dados conteste a exatidão dos dados, sendo o tratamento limitado durante um período de tempo que permita à NG Consultadoria verificar a exatidão dos mesmos, ou
- (ii) o titular dos dados aguarda a resposta a um pedido de oposição ao tratamento.

Quando um tratamento é limitado, os dados pessoais só serão novamente tratados se o titular dos dados der o seu consentimento, salvo tratamentos específicos contemplados na lei. A NG Consultadoria garante que o titular dos dados que solicitou a limitação dos seus dados é informado antes de ser anulada a limitação ao referido tratamento. A NG Consultadoria reserva o direito de limitar o tratamento de dados dos titulares quando não necessite deste, comprometendo-se a conservar os dados pelo período de retenção pré-estabelecido. A NG Consultadoria garante que o titular dos dados que solicitou a limitação dos seus dados é informado antes da respectiva anulação.

Direito à oposição

A NG Consultadoria assegura os meios necessários para que o titular dos dados possa opor-se a determinados tratamentos de dados pessoais para determinadas finalidades, sem prejuízo de diretivas ou leis em vigor.

O titular dos dados pode opor-se ao tratamento nas seguintes circunstâncias:

- (i) por motivos relacionados com a sua situação particular, a qualquer momento, opondo-se ao tratamento de quaisquer dados pessoais relativos a si baseados em interesses legítimos. Porém, a NG Consultadoria poderá continuar a tratar os dados do titular dos dados se conseguir demonstrar motivos legítimos imperiosos para o tratamento dos dados pessoais que se sobreponham aos interesses, direitos e liberdades do titular dos dados, ou se necessitar dos dados pessoais para estabelecer, exercer ou defender-se em processos judiciais;
- (ii) Pode opor-se a qualquer momento à utilização dos seus dados pessoais para efeitos de marketing direto (incluindo criação de perfis relacionados com esse marketing direto) através do e-mail: nuno.seguros@nuno-goncalves.pt

Direito de Reclamação

Não obstante a NG Consultadoria adoptar as melhores práticas em matéria de protecção de dados pessoais, é conferido aos titulares dos dados o direito de apresentar reclamação à Comissão Nacional de Protecção de Dados (<https://www.cnpd.pt>) relativamente ao tratamento dos dados realizado pela NG Consultadoria, por qualquer das vias permitidas pela referida Autoridade de Controlo.

Os direitos previstos e descritos nesta Política e, bem assim, outros direitos legalmente previstos na legislação relevante em vigor podem ser livremente exercidos contactando a NG Consultadoria para os contactos abaixo indicados.

8. Contactos

Para quaisquer questões relativas ao tratamento dos seus dados, ou se estiver insatisfeito com algum aspeto relativo à forma como recolhemos, partilhamos ou utilizamos os seus dados pessoais, contacta-nos em nuno.seguros@nuno-goncalves.pt